



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 24 – Ano XI – 10/2023
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Análise do impacto do ICMS esportivo na criação de políticas públicas que beneficiam a educação no município de Novo Cruzeiro – Minas Gerais

Paulo Deiser Pereira Faria
Graduado em Ciências Contábeis – UFVJM/MG – Brasil
Discente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade da
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
<http://lattes.cnpq.br/8930027953272788>
E-mail: paulodeiserfaria@gmail.com

Valderia Colen da Silva
Graduada em Ciências Contábeis – UFVJM/MG – Brasil
Discente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade da
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
<http://lattes.cnpq.br/1170189192251584>
E-mail: valderiacolen@gmail.com

Profª. Drª. Raquel de Souza Pompermayer
Doutora em Ciências Florestais pela Universidade de Brasília – UNB
Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
<http://lattes.cnpq.br/4701309510886228>
E-mail: raquel.pomper@ufvjm.edu.br

Prof. Dr Adriano Roberto de Queiroz Santos
Doutor em Tecnologia e Inovação pela PUC/MG – Brasil
Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
<https://lattes.cnpq.br/7231437750166255>
E-mail: adriano.queiroz@ufvjm.edu.br

Resumo: O trabalho analisa o ICMS Esportivo como fator de promoção de políticas públicas em Novo Cruzeiro/MG. Essa iniciativa direciona parte do ICMS para o esporte, beneficiando a comunidade. O objetivo geral desta pesquisa é compreender a importância do ICMS Esportivo como instrumento de incentivo e fomento às atividades esportivas no município nos anos de 2013 a 2022. Diante disso, os objetivos específicos que norteiam o trabalho são descrever os critérios e subcritérios de ICMS esportivo; levantar os dados referentes a pontuação, atividades e repasses do ICMS esportivo do município; e apresentar o montante de recursos financeiros do ICMS Esportivo recebidos pelo município. Quanto a sua abordagem a pesquisa classifica-se como qualitativa, caracterizada como descritiva quanto aos fins e uma pesquisa documental quanto aos meios. Os resultados evidenciam ações municipais para diversificar modalidades esportivas e atender várias idades, resultando em uma alta pontuação no ICMS Esportivo. Além de reduzir a evasão escolar, o ICMS Esportivo promove a atividade física nas escolas e o desenvolvimento de talentos esportivos, enriquecendo a experiência educacional dos alunos e criando coesão social ao unir comunidades em torno do esporte. Além disso, a pesquisa mostra que o ICMS Esportivo desempenha um papel vital na formulação de políticas públicas que beneficiam o bem-estar da população, demonstrando o impacto transformador do esporte na cidade.

Palavras-chave: ICMS Esportivo. Políticas Públicas. Atividades Esportivas. Novo Cruzeiro/MG.

1 Introdução

O tema esportes está se tornando cada vez mais presente na agenda de políticas públicas de Estados do mundo inteiro. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 obriga que os entes públicos promovam políticas públicas em benefício da população, abrangendo diferentes áreas como educação, saúde, esporte, entre outras (BRASIL, 1988).

O repasse do ICMS aos municípios está previsto na Constituição Federal, que é recolhido pelos estados e pelo Distrito Federal e deve ser distribuído aos municípios com base em critérios estabelecidos por lei estadual.

Sales (2010) afirma que a Cota parte do ICMS representa uma das maiores transferências entre os governos do Brasil em relação ao montante de recursos financeiros envolvidos.

Em Minas Gerais, a Lei 18.030/2009 introduziu o esporte como um dos parâmetros para a distribuição da parcela destinada aos municípios do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de

transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS). Esse parâmetro é conhecido como ICMS Esportivo, pelo qual cada município recebe recursos de acordo com suas atividades esportivas realizadas. É responsabilidade da Secretaria de Estado de Turismo e Esportes de Minas Gerais calcular e publicar anualmente um relatório com o índice de participação esportiva de cada município, a fim de determinar a proporção do valor desse critério que será recebida por cada cidade.

O ICMS Esportivo desempenha um papel crucial ao incentivar e promover o desenvolvimento do esporte em nível local, permitindo que parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado seja destinado diretamente para projetos e programas esportivos, proporcionando benefícios tangíveis para a comunidade.

Neste contexto, o tema abordado neste estudo está relacionado à Lei Estadual nº 18.030/2009, que estabelece as diretrizes para a distribuição das transferências do ICMS, com um foco especial para o Critério Esportes que teve o propósito de responder a seguinte pergunta: **Qual é a importância do ICMS Esportivo como ferramenta de estímulo na criação de políticas públicas esportivas que beneficiam a educação?**

O objetivo geral da pesquisa é compreender a importância do ICMS Esportivo como instrumento de incentivo e fomento às atividades esportivas que beneficiam a educação no município de Novo Cruzeiro, em Minas Gerais, nos anos de 2013 a 2022. Para atingir o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: descrever os critérios e subcritérios de ICMS esportivo; levantar os dados referentes a pontuação, atividades e repasses do ICMS esportivo do município; apresentar o montante de recursos financeiros do ICMS Esportivo recebidos pelo município em relação à média estadual em estudo.

O estudo foi estruturado da seguinte sequência: na seção 1 a introdução; o referencial teórico na seção 2; na seção 3 tem-se os procedimentos metodológicos; na seção 4 foram apresentados os dados coletados na pesquisa documental, a fim de verificar a pontuação, atividades desenvolvidas e os repasses do ICMS Esportivo do município de Novo Cruzeiro/MG; e por fim, na seção 5 foram apresentadas algumas considerações pertinentes ao tema.

2 Referencial Teórico

Nesta seção serão abordados assuntos que facilitam o entendimento deste trabalho, dentre eles, uma breve conceituação sobre a legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), bem como a distribuição e cálculo do seu critério esportivo.

2.1 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

O repasse do ICMS aos municípios foi instituído na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 158, inciso IV. Esse imposto é arrecadado pelos Estados e pelo Distrito Federal e deve ser distribuído aos municípios de acordo com critérios estabelecidos em leis estaduais.

Segundo informações da Fundação João Pinheiro (2023), a alocação dos 25% da receita total obtida com ICMS em Minas Gerais segue a seguinte divisão: três quartos (75%) são destinados proporcionalmente ao Índice de Valor Adicionado Fiscal (VAF), conforme estabelecido no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 63/1990, e os demais um quarto (25%) é distribuído de acordo com os critérios estabelecidos na Lei Estadual nº 13.803 de 27/12/2000.

A Tabela 01 demonstra os critérios de distribuição da cota-parte dos municípios no ICMS em Minas Gerais, conforme regulamentado pela Lei MG nº 18.030/2009 com efeitos a partir de julho de 2022.

Tabela 01 – Critérios de distribuição da cota-parte dos municípios no ICMS

Critérios de distribuição da cota-parte dos municípios no ICMS	
Área geográfica (art. 1º, II)	1,00
População (art. 1º, III)	2,70
População dos 50 municípios mais populosos (art. 1º, IV)	2,00
Educação (art. 1º, V)	2,00
Produção de alimentos (art. 1º, VI)	1,00
Patrimônio cultural (art. 1º, VII)	1,00
Meio ambiente (art. 1º, VIII)	1,10
Gasto com saúde (art. 1º, IX)	2,00
Receita própria (art. 1º, X)	1,90
Cota mínima (art. 1º, XI)	5,50
Municípios mineradores (art. 1º, XII)	0,01
Recursos hídricos (art. 1º, XIII)	0,25
Municípios sede de estabelecimentos penitenciários (art. 1º, XIV)	0,10
Esportes (art. 1º, XV)	0,10
Turismo (art. 1º, XVI)	0,10
ICMS solidário (art. 1º, XVII)	4,14

Mínimo “per capita” (art. 1º, XVIII)	0,10
Soma	25,00
VAF - Valor Adicionado Fiscal – (Lei Complementar 63/1990)	75,00
Total	100,00

Fonte: adaptado de Fundação João Pinheiro (2023).

A distribuição da cota-parte dos municípios no ICMS em Minas Gerais é baseada em diversos critérios, incluindo população, educação, saúde e outros. A partir da Lei mineira nº 18.030/2009, foram introduzidos novos critérios, como o esporte, representando 0,10% da distribuição total.

2.2 ICMS Esportivo em Minas Gerais

Em 2009, o governo de Minas Gerais sancionou a Lei nº 18.030, que implementou novas diretrizes para a distribuição obrigatória da parte da receita proveniente da arrecadação do ICMS para os municípios, sendo que, entre os critérios adotados, está a inclusão da categoria "esportes" (MINAS GERAIS, 2023).

Concretamente, 0,1% da receita do ICMS destinada aos municípios é atribuída àqueles que demonstrem ao governo estadual a presença de um conselho municipal de esportes em funcionamento e a realização de atividades esportivas na localidade.

A regulamentação completa do critério esportivo se efetivou mediante a promulgação do Decreto nº 45.393 de 2010, que determinou que os recursos seriam alocados a partir de 2013 e distribuídos a cada município com base em um indicador denominado Índice de Esportes (IE), que mede tanto o número total de atletas envolvidos em atividades esportivas, quanto a variedade de modalidades esportivas ativas no município (SEDESE, 2020).

Ainda conforme a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE (2020), o índice de esportes (IE) é calculado considerando pesos atribuídos à natureza da modalidade esportiva, tamanho e renda per capita líquida do município. Também é afetado pelo número de municípios que buscam esses recursos do governo estadual.

Para calcular o IE são utilizadas informações de esportes ocorridas no ano anterior ao seu cálculo, ou seja, o IE de 2023 utilizará dados das atividades esportivas ocorridas em 2023. Como o repasse do ICMS é feito no ano seguinte ao cômputo do IE, o ano do repasse é sempre dois anos após a realização das atividades esportivas.

Assim, a parcela esporte do ICMS repassada em 2023 tem como referência o que ocorreu em 2021 (SEDESE, 2020).

Segundo Paiva, Melo e Gonçalves (2014), o valor das cotas de ICMS é alocado com base em critérios econômicos e ações sociais promovidas pelos municípios. Barbosa, Monteiro e Bufoni (2020) explicam que os valores da cota parte do ICMS esportivo contribuem e são importantes na composição das receitas dos municípios, citando que a Lei nº 18.030 busca critérios mais justos com relação a repartição dos recursos, beneficiando os municípios mais vulneráveis.

Franco (2018), relata que a Lei Robin Hood, de maneira colaborativa com os programas sociais, teve um impacto positivo na elevação dos indicadores sociais e econômicos nas cidades mineiras menos populosas e com maior carência.

2.3 Subcritérios do ICMS Esportivo

Conforme a Fundação João Pinheiro (2023), o objetivo do critério esporte na distribuição de um quarto do ICMS é "incentivar a criação e manutenção de programas voltados para o desenvolvimento de atividades esportivas no município". Contudo, a legislação estabeleceu como condição para a obtenção desses recursos a instituição e funcionamento pleno do Conselho Municipal de Esportes pelos municípios.

Para receber recursos do ICMS Esportivo, é necessário que o município atenda alguns critérios estabelecidos pela legislação. Conforme a SEDESE (2023), os critérios vigentes são:

- 1) Cadastrar um(a) gestor(a) esportivo(a) municipal: o município deve indicar um(a) servidor(a) público(a) do quadro de pessoal da prefeitura, que será responsável pelo cadastro no Sistema de Informação ICMS Esportivo (icms.esportes.mg.gov.br) de todas as informações e documentos comprobatórios relativos à participação do município no ano base. Acesse o passo a passo para cadastro do gestor esportivo municipal aqui.
- 2) Comprovar o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Esportes: a cada ano o município deverá comprovar o pleno funcionamento do conselho municipal de esportes por meio do envio de documentos exigidos pela legislação do ICMS Esportivo.
- 3) Comprovar programas e projetos esportivos: comprovado o pleno funcionamento do conselho municipal de esportes, o município deverá

comprovar todos os programas e projetos esportivos que participou ou que realizou no ano base. Cada programa e projeto esportivo comprovado gera uma pontuação para o município, a qual será posteriormente convertida em recursos financeiros.

O Conselho Municipal de Esportes é um órgão colegiado cujo propósito é contribuir no desenvolvimento de programas e iniciativas esportivas abrangendo toda a comunidade local. Além disso, atua na organização, aprimoramento da administração, excelência e transparência do esporte municipal, bem como desempenha um papel relevante no controle social da implementação de políticas públicas na localidade (GOMES, 2003).

Segundo a SEDESE (2023), para comprovar o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Esporte, é necessário apresentar:

- Lei ou Decreto municipal de criação do Conselho ou suas modificações;
- Ata de nomeação dos conselheiros em exercício;
- Ata da reunião de posse dos atuais membros do Conselho, devidamente datada e assinada por todos os presentes;
- Pelo menos duas Atas de reuniões ordinárias ocorridas no ano base, devidamente datadas e assinadas por todos os presentes;

Cada um desses documentos é crucial para confirmar a operacionalidade e efetividade do Conselho Municipal de Esporte.

O cálculo do repasse do ICMS Esportivo aos municípios é dado pela fórmula do Índice de Esportes – IE, apresentado no anexo V da Lei 18.030/2009:

$$\text{Índice de Esportes (IE)} = \frac{\sum (N \times P \times NM \times NA)}{\sum MB}$$

Onde:

- a) IE = Índice de Esportes do Município;
- b) N = nota da atividade esportiva desenvolvida pelo Município;
- c) P = peso da receita corrente líquida per capita;
- d) NM = número de modalidades esportivas de que o Município participa em cada atividade esportiva;
- e) NA = número de atletas participantes em cada atividade esportiva;

f) MB = somatório das notas de todos os Municípios beneficiados.

A nota da atividade esportiva é dada pela realização das atividades esportivas definidas pela Lei nº 18.030/2009, conforme demonstrado na Tabela 02. Deste modo, a pontuação total do município é a soma da pontuação obtida pelo mesmo em cada atividade esportiva.

Tabela 02 – Pesos atribuídos às Atividades Esportivas conforme a Lei 18.030/2009

Atividade Esportiva	Sigla	Nota
Projetos Socioeducacionais	PSE	0,5
Esporte para Pessoas com Deficiência	EPD	1,0
Jogos Escolares Municipais	JEM	1,0
Minas Olímpica Jogos Escolares de Minas Gerais	JEMG	1,0
Minas Olímpica Jogos Interior de Minas Gerais	JIMI	0,5
Atividades Futebol Amador	AFA	0,5
Esporte Terceira Idade	ETI	1,0
Atividades de Lazer	AL	0,5
Qualificação Agente Esportivo	QAE	1,0
Xadrez na Escola	XE	0,5
Academia na Escola	AE	0,5
Outros Programas/Projetos	PP	1,5
Instalação/Reforma/Equipamento Esportivo	IREE	0,5

Fonte: Adaptado do anexo V da Lei nº18.030/09.

As categorias descritas na tabela 02 têm pesos diversos, variando de 0,5 a 1,5 pontos, contudo, a razão para a seleção dessas categorias ou a discrepância em seus pesos não é esclarecida pela Lei. No entanto, conforme Silva e Silva (2016), as categorias de maior peso seriam as de maior relevância para a política esportiva estadual. Sob esse aspecto, a categoria "Outros Programas/Projetos (PP)", singular com 1,5 ponto se destacaria como especialmente significativa.

É responsabilidade da Secretaria de Estado regulamentar por meio de resolução do ICMS Esportivo os procedimentos envolvidos na coleta dos dados que compõem o índice de esportes, além de estabelecer as diretrizes para a qualificação dos municípios, incluindo os prazos e as condições para a apresentação de informações e documentos pertinentes (SILVA; SILVA, 2016).

Anualmente, cada Secretaria de Estado responsável avalia a pontuação dos municípios que comprovaram a atividade regular do Conselho Municipal de Esportes, informaram e evidenciaram as atividades esportivas realizadas no ano-base, nos termos, formas e prazos da resolução vigente. Ao término desse processo, a

Secretaria divulga um relatório contendo os detalhes do Índice de Esportes (IE), que servirá como base para a distribuição dos recursos (MIRANDA; BARBOSA; SANTANA, 2017).

A Cartilha ICMS Esportivo – SUBESP (2020), traz o processo de participação no ICMS Esportivo que segue um fluxo bem definido para garantir a transparência e eficiência, sendo demonstrado esse fluxo na Figura 01.

Figura 01 – Passos para a participação no ICMS Esportivo



Fonte: Cartilha ICMS Esportivo – SUBESP (2020).

A Figura 01 evidencia que inicialmente tem-se a criação do Conselho Municipal de Esportes (CME), seguida pela indicação e validação do(a) gestor(a) esportivo(a) municipal. Após isso, o CME é cadastrado e deve comprovar seu pleno funcionamento. Caso necessário, é possível interpor recursos, e então os programas/projetos esportivos são cadastrados e selecionados. A comprovação de sua execução é seguida por uma análise criteriosa, e a pontuação dos municípios é calculada. A publicação do relatório preliminar ocorre antes de qualquer possível impugnação. Após a devida avaliação, é publicado o relatório definitivo, culminando no repasse dos recursos conforme a pontuação obtida (MINAS GERAIS, 2023). Esse processo assegura uma distribuição justa e informada dos recursos do ICMS Esportivo, fomentando o desenvolvimento esportivo em âmbito municipal.

3 Procedimentos Metodológicos

3.1 Classificação da pesquisa

Com relação aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva. Conforme Gil (2017, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Utilizando-se essa classificação como referência, pode-se inferir que a presente pesquisa é definida como descritiva, pois se propõe a descrever, a analisar, a registrar e a interpretar os valores dos repasses do ICMS Esportivo do município de Novo Cruzeiro/MG.

Com relação à abordagem do problema, a tipologia utilizada fundamenta-se numa abordagem qualitativa. Malhotra (2001) explica a pesquisa qualitativa como uma “metodologia de pesquisa não-estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema”.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como estudo documental. Malhotra (2001) relata que a pesquisa documental é uma técnica de pesquisa responsável por coletar e selecionar dados e informações que ainda não foram tratados cientificamente ou analiticamente, através da leitura de documentos, como tabelas, jornais, revistas, relatórios, contratos etc. A pesquisa documental utilizou-se de dados obtidos da Fundação João Pinheiro, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) e da Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais.

3.2 Unidade de estudo e Análise dos dados

O estudo documental tem como unidade de análise o município de Novo Cruzeiro-Minas Gerais. A escolha de Novo Cruzeiro/MG como objeto de estudo documental justifica-se pelo destaque do município no *ranking* estadual do ICMS Esportivo nos últimos anos, apesar da cidade estar localizada no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais carentes do estado de Minas Gerais. O fato da cidade de Novo Cruzeiro estar em das regiões mais carentes de Minas Gerais, pode ser comprovado em dados estatísticos, os quais o IBGE (2023) evidencia que a cidade possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,571. Tal indicador atribui a Novo Cruzeiro uma classificação de IDH-M considerado baixo, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2023), o qual varia

em uma escala de 0,000 a 1,000 e quanto mais próximo de 1,000, maior é o nível de desenvolvimento humano de uma localidade.

A pesquisa documental sobre o ICMS Esportivo de Novo Cruzeiro, utilizou-se de dados obtidos da Fundação João Pinheiro, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) e da Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais, sendo que, a análise final foi desenvolvida após a coleta de todas as informações referentes aos valores de ICMS Esportivo do município e dados da pontuação e atividades esportivas realizadas, através dos Relatórios dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes relativos aos anos de 2013 a 2020, sendo tabulados e tratados no Microsoft Excel 365, com análise final realizada através da técnica denominada Análise de Conteúdo. De acordo com Gil (2017), esta técnica tem por finalidade a descrição objetiva e sistemática do conteúdo manifesto da comunicação.

4 Apresentação de dados e Discussões

4.1 Pontuação ICMS Esportivo

A Tabela 03 fornece uma visão abrangente dos dados relacionados à pontuação, classificação estadual e quantidade de municípios habilitados no ICMS Esportivo, com foco específico no município de Novo Cruzeiro. Esses números refletem a dinâmica das políticas públicas voltadas para o esporte ao longo de vários anos, permitindo uma análise detalhada das tendências, desempenho e engajamento do município no contexto mais amplo do estado de Minas Gerais. Através dessa análise, é possível traçar um panorama da evolução do cenário esportivo local e compreender como as iniciativas governamentais têm impactado a promoção do esporte e a participação dos municípios no ICMS Esportivo.

Tabela 03 – Pontuação ICMS Esportivo do município de Novo Cruzeiro nos anos de 2013 a 2020.

Ano-base	Pontuação final	Classificação estadual	Quantidade de municípios habilitados
2013	108	235º	379
2014	18	307º	359
2015	9	240º	260
2016	279	117º	240
2017	2250	35º	374
2018	1235	68º	408

2019	3024	38º	412
2020	1518	39º	302

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Observa-se na tabela 03 uma variação notável na pontuação ao longo dos anos. Inicialmente, houve uma queda acentuada da pontuação em 2014, seguida por uma recuperação em 2016. A partir de 2017, a pontuação experimentou um crescimento significativo, alcançando o ápice em 2019. Em 2020, houve uma redução, mas ainda assim manteve-se acima dos níveis prévios a 2017. Essa oscilação pode refletir mudanças nas políticas e nos esforços esportivos em diferentes anos.

A classificação estadual de Novo Cruzeiro também mostrou flutuações notáveis. O município melhorou consideravelmente sua posição entre 2013 e 2016, passando da posição 235º para 117º. A partir de 2017, ocorreu um avanço mais expressivo, culminando na 35ª posição em 2017, o que pode ser um indicativo de um investimento mais substancial em atividades esportivas. Embora tenha havido algumas variações posteriores, Novo Cruzeiro manteve-se entre as primeiras colocações em relação ao estado.

Ao longo do período analisado, é notável que Novo Cruzeiro manteve-se consistentemente habilitado no programa, demonstrando um engajamento contínuo com as políticas de desenvolvimento esportivo. No entanto, uma observação de destaque é a flutuação na quantidade de municípios habilitados, que variou ligeiramente ao longo dos anos. Essa variação pode indicar ineficiência da adesão generalizada dos municípios mineiros ao ICMS Esportivo, levantando a questionamentos sobre a eficácia das estratégias de promoção e incentivo ao esporte em todo o estado. Essa observação ressalta a importância de se compreender as razões por trás da não adesão de uma parcela significativa dos municípios, visando aprimorar a eficácia das políticas esportivas e, consequentemente, ampliar os benefícios proporcionados pelo ICMS Esportivo em toda a região.

No ano-base de 2020, os 10 municípios que se mais se destacaram na pontuação do ICMS Esportivo, conforme o Relatório dos Dados dos Índices Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes publicado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, foram Nova Serrana, liderando a lista, que obteve uma impressionante pontuação de 8.312,5, seguida de perto por Novo Oriente de Minas, com 5.785 pontos, e Bom Despacho, com 5.126,5. A quarta posição foi

conquistada por Mendes Pimentel, que acumulou 3.959 pontos, seguido por Resplendor, com 3.891 pontos. Capelinha alcançou a sexta posição, obtendo 3.619 pontos, enquanto Lagoa Dourada e São João Nepomuceno ocuparam o sétimo e oitavo lugares, com 3.597 e 3.133 pontos, respectivamente. Santa Maria de Itabira e São João Del Rei encerraram a lista dos dez primeiros, com 2.680 e 2.676,5 pontos, respectivamente. Esses municípios demonstraram um esforço notável em promover o esporte como parte integral de suas comunidades, contribuindo para o fortalecimento do cenário esportivo em Minas Gerais.

4.2 Atividades Esportivas desenvolvidas

Neste tópico, exploraremos em detalhes as atividades desenvolvidas pelo município de Novo Cruzeiro, analisando sua abordagem proativa para o esporte e como essas ações contribuíram para a melhoria do cenário esportivo local, resultando em uma pontuação favorável no ICMS Esportivo, conforme observado no tópico anterior.

No Quadro 01 é possível analisarmos as atividades esportivas desenvolvidas pelo município de Novo Cruzeiro nos anos de 2013 a 2016, em cada ano base, que é divulgado pela Secretaria de Estado de Esportes:

Quadro 01 – Atividades esportivas realizadas pelo município de Novo Cruzeiro nos anos de 2013 a 2016

Ano-base	Atividade esportiva	Modalidade oferecida	Evento realizado	Pontuação
2013	Esporte Terceira Idade	Caminhada	Atividade física 3ª idade	09
	Atividades de Lazer	Peteca	1º torneio de peteca de Novo Cruzeiro	4,5
	Atividades Futebol Amador	Futebol de Campo Futsal e Basquete	IV Copa Comércio de Queixada	4,5
	Jogos Escolares Municipais		Seletiva JEMG/2013	36
	Minas Olímpica Jogos Escolares de Minas Gerais	Basquete, Futsal e Voleibol	Minas Olímpica Jogos Escolares de Minas Gerais	54
2014	Minas Olímpica Jogos Escolares de Minas Gerais	Futsal e Handebol	Minas Olímpica Jogos Escolares de Minas Gerais	18
2015	Minas Olímpica Jogos Escolares de Minas Gerais	Handebol	Minas Olímpica Jogos Escolares de Minas Gerais	09
2016	Atividades de Lazer	Futsal, Badminton e Recreação	7ª Copa de Futsal Feminino de Teófilo Otoni, Projeto Futsal Futuro - Feminino,	27

			Escolinha de Badminton, 1º Encontro do Grupo Feliz Idade	
	Atividades Futebol Amador	Futebol de Campo	Amistoso Cruzeiro X Atlético	4,5
	Jogos Escolares Municipais	Futsal	Seletiva JEMG 2016, Jogos Escolares Novo Cruzeiro	18
	Outros Programas e Projetos	Sedimento 1ª Etapa Jogos Escolares de Minas Gerais	Sedimento 1ª Etapa Jogos Escolares de Minas Gerais	202,5
	Minas Esportiva Jogos Escolares de Minas Gerais	Futsal, Handebol e Peteca	Minas Esportiva Jogos Escolares de Minas Gerais	27

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Pode-se observar no Quadro 01, uma série de esforços em prol do fomento esportivo e da promoção do bem-estar na comunidade local. Em 2013, o município teve uma abordagem inclusiva ao promover atividades voltadas para diferentes faixas etárias, como a "Esporte Terceira Idade", que incluiu caminhadas para a população idosa. A realização de eventos como o "1º torneio de peteca de Novo Cruzeiro" evidencia a diversificação das modalidades oferecidas, buscando engajar a população em práticas esportivas variadas. Houve investimento no futebol amador com a "IV Copa Comércio de Queixada" que visou mobilizar a comunidade em torno do futebol de campo. O destaque para os jogos escolares demonstra a atenção dada à formação esportiva da juventude, através de competições como a "Seletiva JEMG/2013" e os "Minas Olímpica Jogos Escolares de Minas Gerais", que abrangeram modalidades como futsal, basquete e voleibol.

Nos anos de 2014 e 2015, observamos uma tendência de menor preocupação em relação às atividades esportivas em Novo Cruzeiro, refletindo possivelmente um período em que a atenção dada pela administração municipal ao esporte pode ter sido um pouco reduzida. A diminuição das atividades registradas nesses anos, especialmente em comparação com os anos anteriores e subsequentes sugere a possibilidade de desafios, prioridades variáveis ou não prioridades nas políticas públicas voltadas para o esporte.

No ano de 2016, o município mudou um pouco seu posicionamento com relação às atividades esportivas. Além de futsal, badminton e recreação, eventos como a "7ª Copa de Futsal Feminino de Teófilo Otoni" promoveram o esporte entre diferentes públicos. O "Amistoso Cruzeiro X Atlético" e os "Jogos Escolares" destacaram a formação esportiva dos jovens.

O Quadro 02 demonstra as atividades esportivas realizadas pelo município de Novo Cruzeiro em 2017, realizando uma ampla variedade de atividades esportivas.

Quadro 02 – Atividades esportivas realizadas pelo município de Novo Cruzeiro em 2017

Atividade esportiva	Modalidade oferecida	Evento realizado	Pontuação
Atividades Futebol Amador	Futebol de Campo	Amistoso Novo Cruzeiro e Teófilo Otoni Futsal, Campeonato Municipal de Clubes, Copa União do Vale, Campeonato Rural de Queixada	40
Atividades de Lazer	Futsal, Boliche, Voleibol, Cabo de Guerra, Queimada, Peteca, Ciclismo, Dança, Dama, Atletismo - Corridas, Bilhar/Sinuca, Recreação, Caminhada, Ginástica Aeróbica	Escolinha de Futsal da Prefeitura M. de Novo Cruzeiro, Dia de Lazer – Boliche – Voleibol - Cabo de Guerra – Futsal - Queimada, Amistoso Maria das Dores e Inácio Murta, Torneio de Voleibol, Dia Mundial da Atividade Física, Super Copa Futsal, Dia Lazer 3ª Idade, Ginástica e Alongamento no CRAS, Palestra e Aula de Alongamento	360
Jogos Escolares Municipais	Futsal, Badminton, Xadrez, Cabo de Guerra, Handebol, Tênis de Mesa, Dama, Peteca, Voleibol, Queimada	JENC - Jogos Escolares de Novo Cruzeiro	1120
Instalação, Reforma e Disponibilização de Equipamentos Esportivos	Infraestrutura disponibilização de equipamentos	Empenhos nº 01150, 01221 e 00660	150
Qualificação de Agente Esportivo	Capacitação/Qualificação de Agente Esportivo	Seminário ICMS Esportivo 2017	100
Esporte Terceira Idade	Queimada, Sinuca 3ª Idade, Dança, Cabo de Guerra, Caminhada, Recreação, Ginástica Aeróbica	Dia de Lazer 3ª Idade, Ginástica e Alongamento no CRAS, Palestra e Aula de Alongamento, Dança	420
Minas Esportiva Jogos Escolares de Minas Gerais	Badminton, Basquete, Futsal, Handebol, Voleibol, Xadrez	Minas Esportiva Jogos Escolares de Minas Gerais	60

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Pode-se observar no quadro 02 que eventos como amistosos e campeonatos locais impulsionaram o futebol amador, promovendo o engajamento comunitário. A diversificação continuou com as "Atividades de Lazer", incluindo modalidades como futsal, voleibol e boliche, além de eventos recreativos. A participação nos "Jogos Escolares Municipais" ressaltou o investimento na formação jovem, enquanto a disponibilização de equipamentos e capacitação de agentes fortaleceram a infraestrutura. A inclusão de atividades para a terceira idade e a participação nos

"Minas Esportiva Jogos Escolares de Minas Gerais" evidenciaram a abordagem inclusiva e competitiva do município. O amplo escopo de atividades esportivas em 2017 sinalizou o comprometimento de Novo Cruzeiro com o desenvolvimento esportivo local, refletindo em sua pontuação expressiva no ICMS Esportivo.

O Quadro 03 demonstra as Atividades esportivas realizadas pelo município de Novo Cruzeiro em 2018, evidenciando um comprometimento contínuo com as atividades esportivas, oferecendo uma ampla gama de modalidades.

Quadro 03 – Atividades esportivas realizadas pelo município de Novo Cruzeiro em 2018

Atividade esportiva	Modalidade oferecida	Evento realizado	Pontuação
Esporte Terceira Idade	Ginástica Aeróbica, Caminhada, Dança, Ginástica Laboral	Comemoração Dia Internacional da Mulher, Semana do Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa - 2018, Dia Mundial da Atividade Física, Virada Esportiva, Ginástica no CRAS, Aula de Dança - Festa Junina	200
Atividades de Lazer	Ginástica Aeróbica, Caminhada, Futsal, Dança, Atletismo - Corridas, Handebol, Muay Thai, Dama, Xadrez, Ciclismo, Badminton, Cabo De Guerra, Queimada, Voleibol, Tênis De Mesa, Futebol De Rua/Street Soccer, Peteca, Capoeira, Ginástica Laboral, Motociclismo	Comemoração Dia Internacional da Mulher, Semana do Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa, Copa Comércio de Futsal, Dia Mundial da Atividade Física, Escolinha de Badminton, Escola de Futsal, Torneio de Futsal de Queixada, Campeonato da Escolinha de Futsal, II Copa de Futsal Inter Igrejas, Virada Esportiva, Dia das Crianças em Queixada, Ginástica no CRAS, Artvidance - Arte Vida e Dança 2018, Aula de Dança - Festa Junina (11), Escolinha de Capoeira, Dia das Crianças nas Comunidades Rurais, Dia de Lazer nas Comunidades Rurais, Projeto Social - Lutar Para Crescer, 2º Encontro de Trilheiros	750
Atividades Futebol Amador	Futebol de Campo	1º Torneio das Torcidas, Amistoso de Futebol 2018, Festibolin de Teófilo Otoni, Amistoso Master, Copa União dos Vales, Dia Mundial da Atividade Física, Escolinha de Futebol de Campo, Virada Esportiva, Futebol Intermunicipal Novo Cruzeiro X Itaobim, Amistoso de Futebol - Novo Cruzeiro X Catuji, Amistoso Interestadual	45
Outros Programas e Projetos	Ciclismo, Futsal	1º Desafio de Mountain Bike de Novo Cruzeiro, Copa Integração	60
Jogos Escolares Municipais	Badminton, Futsal	Torneio de Badminton Interescola, Seletiva Municipal JEMG	40
Qualificação de Agente Esportivo	Capacitação/Qualificação de Agente Esportivo	Minicurso Sobre Artes Marciais	100
Minas Esportiva Jogos	Futsal, Handebol, Badminton, Atletismo - Corridas	Minas Esportiva Jogos Escolares de Minas Gerais	40

Escolares de Minas Gerais			
---------------------------	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A abordagem inclusiva se destacou no Quadro 03 nas atividades destinadas à terceira idade, com programas de ginástica, caminhada, dança e ginástica laboral, visando ao bem-estar dessa parcela da população. A diversificação das "Atividades de Lazer" incluiu desde futsal e dança até xadrez e capoeira, com eventos variados que promoveram o engajamento da comunidade. O "Atividades Futebol Amador" abrangeu torneios, amistosos e competições intermunicipais, contribuindo para o fortalecimento do esporte local. A realização de cursos de capacitação para agentes esportivos demonstrou a preocupação com a formação qualificada. A participação nos "Minas Esportiva Jogos Escolares de Minas Gerais" indicou o empenho em promover oportunidades competitivas para os jovens. O ano de 2018 evidenciou a abrangência e a variedade das atividades promovidas por Novo Cruzeiro, refletindo-se na sua pontuação no ICMS Esportivo.

O Quadro 04 demonstra as Atividades esportivas realizadas pelo município de Novo Cruzeiro em 2019.

Quadro 04 – Atividades esportivas realizadas pelo município de Novo Cruzeiro em 2019

Atividade esportiva	Modalidade oferecida	Evento realizado	Pontuação
Atividades de Lazer	Capoeira, Futsal, Badminton, Peteca, Dama, Xadrez, Recreação, Tênis De Mesa, Cabo De Guerra, Handebol, Voleibol, Ciclismo, Muay Thai, Atletismo - Corridas, Futebol De Rua/Street Soccer, Queimada, Dança, Atletismo - Arremesso/Lançamento, Atletismo - Saltos, Ginástica Aeróbica, Mma (Arte Marcial Mista), Caminhada	Escolinha de Capoeira, Torneio das Escolinhas, 1º Torneio de Badminton, III Copa NC Inter-Igrejas de Futsal, Prefeitura em Ação, I Copa Comércio de Futsal Feminino, Copa Comércio de Futsal, Torneio Feminino de Futsal, Reinauguração do Ginásio Poliesportivo, Jogos Intermunicipais Novo Cruzeiro X Setubinha, I Pedal Kids, I Extremme Combat, Projeto Viver, I Circuito de Atletismo, Dia Mundial da Atividade Física, Dia das Crianças, One Vs One Fight, Festival de Capoeira Ginga, Copa Integração	675
Atividades Futebol Amador	Futebol de Campo	I Campeonato Rural do Assentamento Nova Vida, XX Campeonato Rural de Queixada, Amistoso Interestadual de Futebol de Campo, Torneio Rural dos Alecrins, Copa Rural Santa Maria, 1º Torneio Master de Lambari	22,5
Projetos Socioeducacionais	Badminton, Futsal, Ginástica Laboral, Peteca, Queimada	Escolinha de Badminton, Escolinha de Futsal, Atividades Esportivas com o grupo do CAPS	157,5

Esporte Terceira Idade	Dança, Dama, Badminton, Boliche, Ginástica Laboral, Tênis De Mesa, Cabo De Guerra, Caminhada, Ginástica Aeróbica, Queimada	Forró da Terceira Idade, Manhã Esportiva com a melhor idade, Melhor Idade em Movimento	360
Outros Programas e Projetos	Capoeira, Ciclismo, Cont. Cad-Produtiva do Esporte Plano e Relatório do Conselho	Festival de Capoeira Ginga de Novo Cruzeiro, 2º Desafio de Mountain Bike de Novo Cruzeiro, Plano de Ação Anual do Conselho Municipal de Esporte	162
Jogos Escolares Municipais	Futsal, Atletismo - Arremesso/Lançamento, Atletismo - Corridas, Atletismo - Saltos, Badminton, Basquete, Boliche, Cabo de Guerra, Dama, Handebol, Queimada, Tênis de Mesa, Voleibol, Peteca	Seletiva Municipal do JEMG, JENC- Jogos Escolares de Novo Cruzeiro	1215
Xadrez na Escola	Xadrez	JENC- Jogos Escolares de Novo Cruzeiro	4,5
Instalação/Reforma/Equipamento Esportivo	Infraestrutura Aquisição de Equipamentos, Infraestrutura Reforma	Aquisição Material Esportivo, Reforma de Instalação	337.5
Minas Esportiva Jogos Escolares de Minas Gerais	Atletismo - Corridas, Badminton, Basquete, Futsal, Handebol	Minas Esportiva Jogos Escolares de Minas Gerais	90

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No ano de 2019, o município de Novo Cruzeiro continuou a demonstrar um forte empenho nas atividades esportivas, abrangendo diversas modalidades e faixas etárias, conforme o Quadro 04. A ampla gama de "Atividades de Lazer" incluiu desde capoeira até dança, destacando-se também o foco na terceira idade, com a realização de eventos como o Forró da Terceira Idade e a Manhã Esportiva com a melhor idade. O esporte amador também teve destaque, com a realização de campeonatos rurais de futebol e eventos de badminton, futsal e ginástica laboral direcionados a projetos socioeducacionais.

O município investiu em infraestrutura esportiva, adquirindo materiais e reformando instalações para melhor atender à comunidade. A participação nos "Jogos Escolares Municipais" e nos "Minas Esportiva Jogos Escolares de Minas Gerais" evidenciou o compromisso com a promoção do esporte entre os jovens. A diversidade de atividades, combinada com a participação ativa em eventos e competições, contribuiu para melhor pontuação alcançada pelo município no ICMS Esportivo nos anos estudados nesta pesquisa.

O Quadro 05 demonstra as Atividades esportivas realizadas pelo município de Novo Cruzeiro em 2020.

Quadro 05 – Atividades esportivas realizadas pelo município de Novo Cruzeiro em 2020

Atividade esportiva	Modalidade oferecida	Evento realizado	Pontuação
Atividades de Lazer	Atletismo - Arremesso/Lançamento, Badminton, Boliche, Cabo De Guerra, Caminhada, Atletismo - Corridas, Dama, Futsal, Ginástica Aeróbica, Handebol, Peteca, Queimada, Atletismo - Saltos, Tênis De Mesa, Voleibol, Xadrez, Alongamento/Desenvolvimento De Flexibilidade, Dança, Recreação	Aquecimento do JENC, Xadrez na escola, Amistoso Futsal, Projeto Mexa-se	350
Qualificação de Agente Esportivo	Capacitação/Qualificação De Agente Esportivo	Qualificação de Agente Esportivo	100
Instalação/Reforma/Equipamento Esportivo	infraestrutura Aquisição De Equipamentos	Aquisição Material Esportivo	150
Minas Esportiva Jogos Escolares de Minas Gerais	Xadrez	Minas Esportiva Jogos Escolares de Minas Gerais	10

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No ano de 2020, o município de Novo Cruzeiro continuou a demonstrar um compromisso com o desenvolvimento esportivo ao realizar uma variedade de atividades que abrangeram diversas modalidades esportivas e faixas etárias.

Embora o ano de 2020 tenha sido desafiador devido à pandemia de COVID-19, Novo Cruzeiro manteve sua dedicação ao esporte, adaptando-se ao cenário e promovendo eventos como o "Projeto Mexa-se", que incentivou a prática de atividades físicas mesmo durante as restrições.

A diversidade e abrangência das atividades refletem o comprometimento do município em promover um ambiente esportivo inclusivo e enriquecedor, o que se refletiu na pontuação obtida no ICMS Esportivo.

O município de Novo Cruzeiro tem se destacado por suas ações e esforços significativos no âmbito esportivo, visando não apenas a promoção da saúde e bem-estar da população, mas também a obtenção de pontuação no ICMS Esportivo.

O destaque da posição de Novo Cruzeiro no ranking de 2020 do ICMS Esportivo, ocupando a 39ª posição com uma pontuação de 1518, reflete um

compromisso notável com o desenvolvimento esportivo em relação a outros municípios da região. Comparado a Teófilo Otoni, que está na 182ª posição com uma pontuação de 207, Novo Cruzeiro apresenta um desempenho consideravelmente superior. Da mesma forma, quando comparado a outros municípios próximos, como Araçuaí (269º com pontuação 36), Ladainha (94º com pontuação 669) e Catuji (121º com pontuação 461), Novo Cruzeiro mantém uma posição de destaque, indicando um esforço contínuo em promover atividades esportivas e cumprir os critérios estabelecidos.

Em contraste, observa-se que Belo Horizonte, apesar de ser uma cidade infinitamente maior, obteve uma pontuação de 0, pois possuía pendências na apresentação da prestação de contas anual ao TCE-MG em 2020. Isso destaca o desafio que municípios maiores podem enfrentar para cumprir os critérios e comprovar as atividades, mesmo com uma infraestrutura esportiva mais ampla.

A posição de Novo Cruzeiro no ranking também pode ser contextualizada em relação a municípios que não comprovaram a realização de atividades, como Contagem, Padre Paraíso, Montes Claros e Malacacheta. Esses exemplos ressaltam a importância do engajamento ativo e da documentação adequada para garantir a pontuação no ICMS Esportivo, e a posição de Novo Cruzeiro demonstra um empenho louvável em se destacar nesse cenário.

Assim, foi possível uma mudança ao longo dos anos na adoção de políticas públicas e diversas iniciativas implementadas com o objetivo de atender aos critérios estabelecidos e maximizar a pontuação alcançada nesse importante programa, culminando, portanto, num aumento expressivo dos repasses ao município.

4.3 Repasses do ICMS Esportivo

A Tabela 04 demonstra os repasses do ICMS Esportivo do município de Novo Cruzeiro nos anos de 2013 a 2022.

Tabela 04 – Repasses do ICMS Esportivo do município de Novo Cruzeiro nos anos de 2013 a 2022.

ANO	VALOR (R\$)
2013	0,00
2014	0,00
2015	5.483,85
2016	897,64
2017	633,79

2018	15.126,73
2019	80.526,78
2020	41.772,26
2021	105.079,65
2022	108.706,29
TOTAL	358.226,99

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

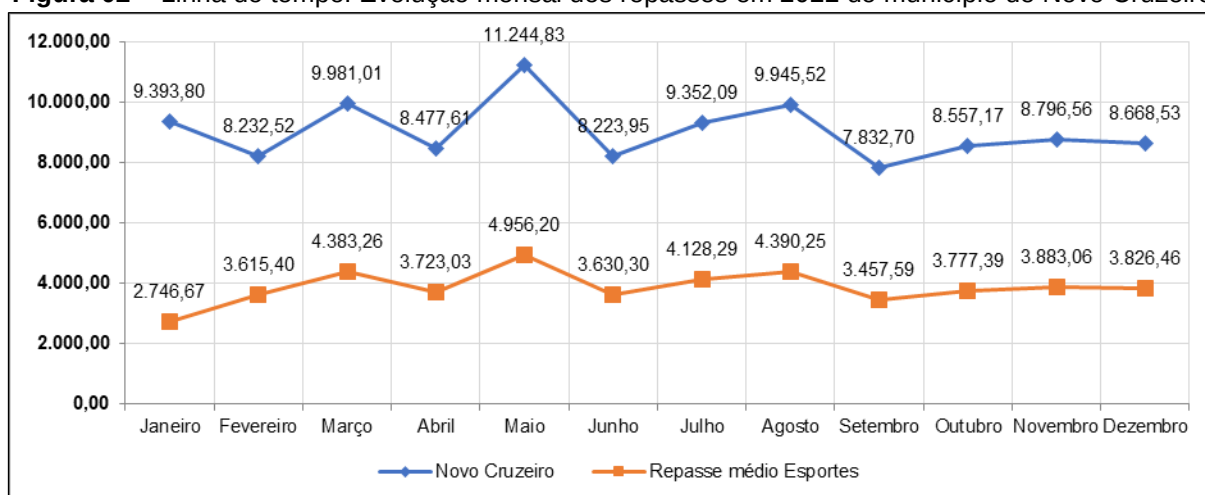
A análise dos dados apresentados na Tabela 04 revela uma tendência de variação no repasse de recursos do ICMS Esportivo ao longo dos anos. Nos primeiros dois anos (2013 e 2014), não houve repasse registrado, possivelmente indicando um início mais tardio da implementação ou da qualificação necessária.

A partir de 2015, observa-se uma reversão no quadro, marcada pelo início de valores repassados após anos sem registros. Esse ponto pode indicar um movimento de maior conscientização sobre a importância do investimento no setor esportivo, refletindo em um aumento gradual nas alocações de recursos.

A análise dos dados apresentados sobre os repasses de recursos do ICMS Esportivo do município de Novo Cruzeiro revela uma tendência de comprometimento crescente com o desenvolvimento esportivo por parte da gestão pública municipal após 2018. O salto significativo em 2019, atingindo R\$80.526,78 indica um possível foco mais intenso nas atividades esportivas nesse período, seguido por um período de instabilidade em 2020, devido, provavelmente, à pandemia de COVID-19. Mesmo em um cenário desafiador, a tendência ascendente foi retomada em 2021 e 2022, com valores superiores em comparação a anos anteriores. Essa trajetória demonstra a flexibilidade e capacidade de adaptação das políticas públicas diante de obstáculos, reforçando o compromisso com o esporte como instrumento de desenvolvimento social, cultural e econômico.

A soma total dos valores ao longo dos anos, chegando a R\$358.226,99, sugere uma nova postura e uma compreensão mais aprofundada dos benefícios sociais, econômicos e culturais que o esporte pode proporcionar às comunidades. A capacidade de ajustar e manter os repasses mesmo em períodos difíceis reforça o compromisso das autoridades com a promoção do esporte como ferramenta de desenvolvimento integral.

A Figura 02 expõe os valores dos repasses mensais do ICMS Esportivo ao município de Novo Cruzeiro, no ano de 2022, e a média recebida pelos municípios do estado.

Figura 02 – Linha do tempo: Evolução mensal dos repasses em 2022 do município de Novo Cruzeiro

Fonte: Fundação João Pinheiro (2022).

NOTA: O repasse médio é a média aritmética apenas dos municípios habilitados, desconsiderando os municípios que não pontuam neste critério.

Na Figura 02 é possível observar que o repasse total aos municípios mineiros do ICMS Esportivo em 2022 foi de R\$14.205.113,65. Esse montante representa um investimento considerável, que tem o potencial de alavancar ações esportivas, programas de lazer e projetos de saúde em todo o estado. Esse valor evidencia o reconhecimento da importância do esporte como um vetor de bem-estar, saúde e coesão social.

O destaque dado a Novo Cruzeiro, ao receber o montante de R\$108.706,29 em 2022, representa uma conquista notável para o município. Esse valor é o maior registrado ao longo da série histórica analisada, e reflete o comprometimento da administração local com a promoção do esporte e da atividade física. Além disso, a superação dos valores anteriores também pode indicar uma melhoria na estruturação e no desempenho dos programas e projetos esportivos desenvolvidos pela cidade.

Essa análise reforça a importância do ICMS Esportivo como um mecanismo eficaz de estímulo à prática esportiva nos municípios. Os valores repassados não apenas incentivam a realização de atividades esportivas, mas também promovem o fortalecimento das políticas públicas de saúde e bem-estar. A conquista de Novo Cruzeiro como o maior repasse da série histórica destaca o compromisso da cidade em utilizar esse incentivo para melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos por meio do esporte e da atividade física.

Essa nova postura também reflete uma abordagem mais estratégica na utilização dos recursos, priorizando áreas que demonstram resultados efetivos e

impactantes. Além disso, a divulgação transparente dos valores repassados demonstra um esforço em promover a prestação de contas e a participação ativa da sociedade na supervisão das políticas públicas relacionadas ao esporte.

4.4 ICMS Esportivo e sua relação com a educação escolar

Os pesquisadores Reis, Galvão e Adamczyk (2022), através do serviço Evidência Express que é uma iniciativa da Diretoria de Altos Estudos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em parceria com a Universidade Federal de Brasília (UnB) elaboram um estudo que apresentou os resultados da avaliação do impacto do repasse do ICMS sobre os indicadores sociais dos municípios mineiros. Segundo os dados fornecidos pela pesquisa, a avaliação do ICMS Esportivo tem impacto sobre a “evasão escolar”, e indica que a cada R\$10 mil transferidos ao município, a taxa de abandono escolar nos anos iniciais é reduzida em aproximadamente 0,9 pontos percentuais.

O estudo enfatiza a importância de se compreender o efeito das políticas de repasse financeiro nas dinâmicas sociais e educacionais. Isso evidencia a potencial relação entre a prática esportiva, o engajamento escolar e a promoção do bem-estar dos estudantes.

A pesquisa, portanto, ilustra como as políticas de incentivo esportivo tiveram efeitos positivos não apenas na atividade física, mas também em áreas socioeducacionais importantes. Segue as principais formas pelas quais o ICMS Esportivo impactou na educação:

- **Incentivo à Prática Esportiva nas Escolas:** O financiamento proporcionado pelo ICMS Esportivo contribui para a promoção da atividade física nas escolas, notadamente por meio dos jogos escolares. Isso não apenas beneficia a saúde dos estudantes, mas também cria um ambiente escolar mais dinâmico e motivador.
- **Desenvolvimento de Talentos Esportivos:** O ICMS Esportivo também estimula o desenvolvimento de talentos em esportes diversos, como o xadrez e outras modalidades. Isso não só amplia as oportunidades para jovens talentosos, mas também fortalece a identidade esportiva da comunidade.

O ICMS Esportivo, como demonstrado na pesquisa de Reis, Galvão e Adamczyk (2022), desempenha um papel crucial no incentivo à prática esportiva nas escolas. Isso vai além do simples financiamento de eventos esportivos; ele cria uma cultura de atividade física que pode perdurar por toda a vida dos estudantes. A participação em jogos escolares e competições esportivas locais não apenas promove a saúde física, mas também ensina valores essenciais, como trabalho em equipe, disciplina e respeito aos adversários. Essas habilidades são fundamentais não apenas para o sucesso esportivo, mas também para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos.

Além disso, o ICMS Esportivo é um instrumento eficaz para identificar e desenvolver talentos esportivos. Como cita Silva *et al.* (2012) muitas vezes, jovens com habilidades excepcionais em esportes podem passar despercebidos sem o apoio adequado. Com os recursos financeiros fornecidos pelo ICMS Esportivo, as escolas têm a capacidade de criar programas de treinamento e identificar talentos em esportes menos convencionais. Isso não apenas amplia as oportunidades para os jovens atletas, mas também pode levar a conquistas significativas em competições nacionais e internacionais, representando orgulhosamente suas comunidades e municípios.

Além disso, Busin e Marcon (2012) sugerem que o ICMS Esportivo pode ter um impacto positivo na coesão social. Quando as comunidades se envolvem em atividades esportivas, isso cria um senso de pertencimento e identidade compartilhada. As competições esportivas locais frequentemente unem pessoas de diferentes origens e idades em torno de um objetivo comum, promovendo a coesão social e fortalecendo os laços comunitários.

No contexto educacional, essa coesão pode se traduzir em um ambiente de aprendizado mais positivo. Estudantes que se sentem parte de uma comunidade escolar unida são mais propensos a se envolver ativamente em suas atividades acadêmicas, estabelecer relacionamentos positivos com colegas e professores e alcançar um melhor desempenho acadêmico.

Em 2019, de acordo com o Relatório de Indicadores Esportivos do ICMS Solidário - Critério Esportes, o município de Novo Cruzeiro registrou a maior participação de alunos nos Jogos Escolares do estado daquele ano. A Seletiva Municipal dos Jogos Escolares de Minas Gerais contou com a participação de 76 estudantes, enquanto os Jogos Escolares de Novo Cruzeiro envolveram 1.623 alunos,

totalizando 1.799 estudantes. De acordo com dados do Portal QEd¹, em 2019, o município tinha um total de 6.250 alunos matriculados nos anos iniciais, finais e no ensino médio. Portanto, aproximadamente 30% dos alunos matriculados estiveram envolvidos nos Jogos Escolares.

Portanto, o ICMS Esportivo não é apenas uma questão financeira, mas sim uma ferramenta poderosa para melhorar a qualidade da educação, promover a saúde e o bem-estar dos estudantes e fortalecer as comunidades locais. Essa pesquisa demonstra claramente que investir no esporte é investir no futuro de uma sociedade, estimulando o crescimento e o desenvolvimento em múltiplas dimensões.

Em resumo, essa pesquisa destaca a importância do ICMS Esportivo como uma ferramenta multifacetada para o crescimento das comunidades escolares. Ele não se limita a um mero repasse financeiro; em vez disso, atua como um catalisador para o engajamento educacional, promoção da saúde e identificação de talentos esportivos. Portanto, a análise do impacto do ICMS Esportivo não apenas contribui para o entendimento das políticas públicas em Novo Cruzeiro, mas também oferece lições valiosas para outros municípios que buscam melhorar a qualidade da educação e bem-estar de seus cidadãos por meio do esporte.

4.5 ICMS Esportivo como instrumento de criação de políticas públicas e promoção da saúde e bem-estar da população

O ICMS Esportivo se apresenta como um valioso instrumento dentro do contexto das políticas públicas voltadas para o esporte e a saúde nos municípios. Ao estabelecer critérios específicos para a distribuição da cota-parte do ICMS, considerando a atividade esportiva como um dos elementos de avaliação, ele incentiva as administrações municipais a investirem em programas e projetos que promovam a prática esportiva e, por consequência, a melhoria da saúde e qualidade de vida da população.

Através desse mecanismo, os municípios são incentivados a desenvolver uma série de atividades esportivas, abrangendo desde modalidades tradicionais até atividades de lazer e inclusão. Essas ações não apenas estimulam a participação da

¹ O QEd¹ é a maior plataforma de informações sobre a Educação Básica no Brasil. Os dados apresentados são disponibilizados pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, através do Censo Escolar e da Prova Brasil (INEP, 2023).

comunidade, mas também contribuem para a formação de hábitos saudáveis, redução de sedentarismo e promoção do bem-estar físico e mental.

O ICMS Esportivo, ao levar em consideração critérios como o número de atividades esportivas realizadas, eventos promovidos e até a qualificação dos agentes esportivos, direciona os municípios a investirem na estruturação de programas sólidos e eficientes. Além disso, o incentivo financeiro proporcionado pelos repasses pode ampliar a capacidade de implementação dessas ações, tornando os municípios mais aptos a atenderem as demandas esportivas e de saúde de sua população.

A relação intrínseca entre atividade física regular e a melhoria da saúde é inegável. A prática esportiva não só previne doenças relacionadas ao sedentarismo, como também contribui para a promoção da saúde mental, o fortalecimento do sistema imunológico e o combate ao estresse. Nesse contexto, o ICMS Esportivo se destaca como uma ferramenta que não apenas fomenta a atividade esportiva, mas também impacta positivamente a saúde da população.

Deste modo, o ICMS Esportivo não se limita a ser apenas um instrumento financeiro, mas um catalisador das políticas públicas esportivas e de saúde nos municípios. Ao estimular investimentos em atividades físicas e esportivas, ele contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais saudável, ativa e engajada com o bem-estar coletivo, evidenciando sua importância como uma ferramenta eficaz para a promoção de uma vida mais ativa e saudável.

Considerações finais

O estudo detalhado do ICMS Esportivo e suas implicações no contexto do município de Novo Cruzeiro revela um panorama complexo das políticas públicas voltadas para o esporte, bem-estar e desenvolvimento local. Ao analisar os dados de pontuação, classificação estadual, quantidade de municípios habilitados e repasses financeiros, torna-se evidente a importância desse mecanismo como um instrumento eficaz na promoção da atividade física, saúde e engajamento social.

A oscilação na pontuação ao longo dos anos reflete não apenas mudanças nas políticas, mas também a dinâmica do compromisso do município em relação ao esporte. A trajetória ascendente na classificação estadual demonstra um comprometimento crescente do município com a promoção do esporte em sua comunidade. A habilitação contínua no programa reflete um engajamento constante

com as políticas de desenvolvimento esportivo, apesar das variações na quantidade de municípios habilitados.

As atividades esportivas desenvolvidas pelo município de Novo Cruzeiro ao longo dos anos revelam um esforço proativo em promover uma variedade de modalidades e atendimento de diferentes faixas etárias. A abordagem inclusiva, o investimento em infraestrutura esportiva e a diversificação das atividades contribuíram para a melhoria do cenário esportivo local e, por consequência, para a pontuação favorável no ICMS Esportivo. As ações realizadas, especialmente após 2018, ilustram um compromisso mais estratégico e qualificado em relação ao desenvolvimento esportivo.

Os repasses do ICMS Esportivo, como observado nos dados, não apenas recompensam as iniciativas esportivas, mas também têm o potencial de impactar áreas socioeducacionais importantes, como a redução da evasão escolar. A pesquisa demonstra que o ICMS Esportivo não só reduz a evasão escolar, mas também promove a atividade física nas escolas e o desenvolvimento de talentos esportivos, enriquecendo a experiência educacional dos estudantes. Além disso, ele cria uma coesão social valiosa, unindo comunidades em torno do esporte.

O ICMS Esportivo emerge como um instrumento valioso na criação de políticas públicas que promovam a saúde e o bem-estar da população. Ao incentivar a atividade física, ele contribui para a formação de hábitos saudáveis, redução do sedentarismo e promoção da qualidade de vida. Além disso, a relação entre investimento esportivo e repasses financeiros reflete a compreensão crescente da importância do esporte como fator de desenvolvimento social, cultural e econômico.

Por fim, o estudo do ICMS Esportivo em Novo Cruzeiro ressalta a relevância desse mecanismo como uma ferramenta que vai além de incentivos financeiros. Ele estimula o compromisso das autoridades com o esporte, saúde e desenvolvimento, promovendo uma sociedade mais ativa, saudável e engajada. O engajamento constante do município, as ações estratégicas desenvolvidas e os resultados concretos alcançados demonstram o potencial transformador do esporte como um agente positivo nas comunidades locais, reforçando a importância contínua do ICMS Esportivo no contexto das políticas públicas que impactam também positivamente a educação.

Referências

BARBOSA, E. R. G.; MONTEIRO, V. L.; BUFONI, A. L. ICMS Esportivo: Estudo De Caso Do Município De Rio Pomba - MG. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, [S. l.], Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/4756>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BENSUSAN, N. **Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade: como, para que, por que**. Editora UNB. 2002.

BEUREN, Ilse M. et al (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 mar. 2023.

BUSIN, D.; MARCON, D. Relações entre a prática de atividades físicas e esportivas escolares e extraescolares de alunos do ensino médio. **Conexões**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 121–144, 2012. DOI: 10.20396/conex.v10i2.8637678. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637678>. Acesso em: 13 set. 2023.

CASTILHO, Fábio Roberto Corrêa. **Federalismo fiscal e repartição do ICMS: o critério do valor adicionado**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-12122014-100106/en.php>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

COSTA, Thais Silva; ARTHUR, Daniela Rocha; MELLO, Elizabete Rosa de. Análise do ICMS Ecológico em Minas Gerais - Zona da Mata e Campo das Vertentes. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, v. 150 (29), p. 259 - 286, 2022. Disponível em: <<https://rtrib.abdt.org.br/index.php/rftp/article/view/504>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANCO, Lucas Manólio. O impacto da lei Robin Hood nos principais indicadores socioeconômicos dos municípios mineiros. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Mariana – MG, 2018. Disponível em: <https://200.239.128.125/bitstream/35400000/1426/1/MONOGRAFIA_ImpactoPrincipaisIndicadores.pdf>. Acesso em 08 ago. 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Lei Robin Hood - Transferências pesquisa por municípios**. Disponível em: <<http://robin-hood.fjp.mg.gov.br/index.php/transferencias/pesquisamunicipio>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Eduardo Granha M. Conselhos gestores de Políticas Públicas: Democracia, controle social e instituições.p.110. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). São Paulo:EAESP/FGV,2003.

HAMILTON, A., MADISON, J., JAY, J. **The Federalist Papers**. New York: Signet Classic, 2003. Disponível em: <https://files.libertyfund.org/files/788/0084_LFeBk.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA (IBGE). **Cidades**. 2023. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

KHAMIS, R. B. M. (2017). Os Municípios Inviáveis e a Proteção Federativo-Constitucional. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, 22(3), 150–168. Disponível em: <<https://doi.org/10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v22i31042>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3 .ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAS GERAIS. **Cartilha ICMS Esportivo**, 2020. Disponível em: <https://observatoriodoesporte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/cartilha-icms-esportivo-2020.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 12.040**, de 28 de dezembro de 1995. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e dá outras providências. Belo Horizonte, 28 dez. 1995. Disponível em: <http://www.fjp.gov.br/produtos/cees/robin_hood/lei12040.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 13.803**, de 27 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e dá outras providências. Belo Horizonte, 27 dez. 2000. Disponível em:<http://www.fjp.gov.br/produtos/cees/robin_hood/lei13803.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 18.030** de 12 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. Diário do Executivo. <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-novamin.html?tipo=LEI&num=18030&ano=2009>>. Acesso em: 18 mar. 2023.

MINAS GERAIS. Relatório de Indicadores Esportivos do ICMS Solidário Critério Esportes relativo a 2013. Disponível em:

<<http://icms.esportes.mg.gov.br/files/upload/Relatorio-Definitivo-Pontuacao-2013.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MINAS GERAIS. Relatório de Indicadores Esportivos do ICMS Solidário Critério Esportes relativo a 2014. Disponível em: <<https://observatoriodoesporte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-Definitivo-Pontuacao-2014-ICMSEsportivo.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MINAS GERAIS. Relatório de Indicadores Esportivos do ICMS Solidário Critério Esportes relativo a 2015. Disponível em: <https://observatoriodoesporte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Relatorio-Definitivo-Pontuacao-2015_Retifica%C3%A7%C3%A3o_TCE.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MINAS GERAIS. Relatório de Indicadores Esportivos do ICMS Solidário Critério Esportes relativo a 2016. Disponível em: <<https://observatoriodoesporte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Relatorio-Definitivo-Pontuacao-2016-4%C2%AA-retifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MINAS GERAIS. Relatório de Indicadores Esportivos do ICMS Solidário Critério Esportes relativo a 2017. Disponível em: <https://observatoriodoesporte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Relatorio-Definitivo-Pontuacao-2017_01_03_2019.pdf> Acesso em: 10 ago. 2023.

MINAS GERAIS. Relatório de Indicadores Esportivos do ICMS Solidário Critério Esportes relativo a 2018. Disponível em: <<https://observatoriodoesporte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/Relatorio-Definitivo-Pontuacao-2018.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MINAS GERAIS. Relatório de Indicadores Esportivos do ICMS Solidário Critério Esportes relativo a 2019. Disponível em: <<https://observatoriodoesporte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Relatorio-Definitivo-Pontuacao-2019.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MINAS GERAIS. Relatório de Indicadores Esportivos do ICMS Solidário Critério Esportes relativo a 2020. Disponível em: <https://observatoriodoesporte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/ilovepdf_merged-2.pdf> Acesso em: 10 ago. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE. **Cartilha ICMS Esportivo – 2023**. 2023. Disponível em: <https://social.mg.gov.br/esportes/icms-esportivo>. Acesso em: 20 de ago. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Panorama resíduos sólidos urbanos em Minas Gerais: ano base 2022 / Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável., Belo Horizonte: SEMAD, 2023. Disponível em

<<http://www.meioambiente.mg.gov.br/saneamento/residuos-solidos-urbanos-e-drenagem-de-aguas-pluviais>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

MIRANDA, A. E. V.; BARBOSA, M. R.; SANTANA, T. S. Análise do Repasse Constitucional do ICMS aos Municípios: o caso do ICMS Esportivo de Minas Gerais - Participação dos Municípios e Recursos Repassados. **Revista Vianna Sapiens**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 19, 2017. Disponível em: <https://viannasapiens.emnuvens.com.br/revista/article/view/133>. Acesso em: 8 ago. 2023.

MÜLLER Bitencourt, C., BITTENCOURT Friederich, D. (2020). A DINÂMICA DO FEDERALISMO BRASILEIRO NO TEMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, CONTROLE SOCIAL E A COVID-19. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, 25(3), 49–77. Disponível em: <<https://doi.org/10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v25i32058>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

Oates, Wallace, E. 1999. "An Essay on Fiscal Federalism." **Journal of Economic Literature**, 37(3):1120-1149. DOI: 10.1257/jel.37.3.1120. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jel.37.3.1120>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

OLIVEIRA, Paulo Henrique F. C. **Amostragem básica**: aplicação em auditoria: com práticas em Microsoft Excel e ACL. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2004.
PAIVA, André Luiz. MELO, Juliana Otoni Franco. GONÇALVES, Rosiane Maria Lima. Avaliação dos impactos dos critérios de distribuição do ICMS da lei Robin Hood no índice de desenvolvimento humano municipal em Minas Gerais. **Revista Ambiente Contábil – UFRN – Natal-RN**. v. 6. n. 1, p. 35–63, jan./jun. 2014. Disponível em: <tena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/Ambiente/article/view/1920/1755>. Acesso em 08 ago. 2023.

PAIVA, M. B. de; ALVES, S. de S. .; TERRA, A. B. C. .; AVELAR , J. S. de .; GÓES, B. C.; FLORENTINO , L. A. . The Effectiveness of the Ecological ICMS from the Perspective of a Public Environmental Policy: The Case of the Water Conservative Project in Extrema/MG. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 9, p. e55211930913, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i9.30913. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30913>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

REIS, Breno Salomon; GALVÃO, César Augusto; ADAMCZYK, Willian. Avaliação ICMS Esportivo de Minas Gerais: impactos sobre indicadores sociais. 2022. Disponível em: <https://observatoriodoesporte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/EvEx_ICMS_Esportivo.pdf>. Acesso em 12 ago. 2023.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE). Cartilha ICMS Esportivo 2020. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2020. Disponível em: <<https://observatoriodoesporte.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/cartilha-icms-esportivo-2020.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SILVA, A. G. et al. O impacto da política do ICMS Esportivo sobre a gestão esportiva municipal de Minas Gerais. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v.

1, n. 24, p. 13-41, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/377/1/O%20impacto%20da%20pol%C3%ADtica%20do%20ICMS%20Esportivo%20sobre%20a.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2023.

SILVA, Rafael Diniz; SILVA, Luciano Pereira da. O ICMS Esportivo e o Financiamento das Políticas Municipais de Esporte em Minas Gerais. **Movimento**, vol. 22, núm. 4, outubro-diciembre, 2016, pp. 1223-1236. Escola de Educação Física. Rio Grande do Sul. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115349439015.pdf> >. Acesso em: 8 ago. 2023.

SILVA, Daianne Pedrosa *et al.* Impacto das atividades esportivas, informática e música sobre a vida de alunos de escola com educação em tempo integral. **Motrivivência**, n. 39, p. 142-150, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-8042.2012v24n39p142>>. Acesso em: 13 set. 2023.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524

ISSN: 2238-6424